

SEB, Fernando Gabeira, Demétrio Magnoli (quironal), Miguel de Almeida (quironal), Inaia Santana (quironal), Washington Oliveira (quironal), Preto Zozé (quironal), TER, Merval Pereira, Pedro Dória, QUA, Vera Magalhães, Elio Gaspar, Bernardo Mello Franco, Roberto Dall'asta (quironal), QUI, Merval Pereira, Malu Gaspar, SEX, Vera Magalhães, Flávia Oliveira, Bernardo Mello Franco, SAB, Carlos Alberto Sardenberg, Eduardo Affonso, Pablo Oribe, DOM, Merval Pereira, Dorcil Harazim, Bernardo Mello Franco

MALU GASPAR

blogs.oglobo.globo.com/opinioao
malu.gaspar@oglobo.com.br



O recuo tático de Xandão

A sessão da última terça-feira no Tribunal Superior Eleitoral produziu momentos surpreendentes em Brasília. Numa reviravolta de última hora, o julgamento do pedido de cassação do senador bolsonarista Jorge Seif (PL-SC) foi suspenso e não tem mais data para ser retomado, porque o relator, Floriano de Azevedo Marques, pediu que fosse reaberta a fase de coleta de provas.

Na ação, Seif é acusado de abuso de poder econômico na eleição de 2022 pelo uso da estrutura de mídia da rede de lojas Havan e de cinco aeronaves do empresário Luciano Hang para fazer campanha. Ele nega e diz que não há provas — com o que aparentemente o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina concorda, já que em novembro passado o absolveu por unanimidade.

Seif é aquele ex-secretário da Pesca que disse, numa live com Bolsonaro, não haver por que temer um desastre ambiental com os vazamentos de óleo na costa em 2020, porque o peixe é um “bicho inteligente”.

Quando ele vê uma manta de óleo ali, capitão, ele foge, ele tem medo.

É, também, um dos mais empedernidos opositores do Supremo, do tipo que chama os ministros de “vagabundos” nas redes sociais. Em julho de 2023, liderou um pedido de impeachment contra o presidente da Corte, Luís Roberto Barroso.

Por isso, quando a ação chegou ao TSE, em fevereiro, havia pouca dúvida sobre a posição de Alexandre de Moraes e de sua “bandada” no tribunal — confirmada no início de abril, pouco antes da data do início do julgamento, quando o relator distribuiu digitalmente aos colegas seu voto pela cassação de Seif. A primeira sessão, porém, ficou só nas sustentações orais, depois houve uma série de adiamentos.

Até que, na terça-feira, dia em que o julgamento seria afinal retomado, Azevedo Marques distribuiu um novo voto, impresso e em envelopes lacrados — só que, agora, defendendo a absolvição de Seif, como revelou o repórter do GLOBO Rafael Moraes Moura. A surpresa foi geral, mas aumentou

ainda mais quando ele mudou de voto novamente, na antessala do julgamento.

Desta vez, não defendia nem a cassação nem a absolvição, e sim a realização de novas diligências. Produziu, com isso, um ineditismo, já que não há notícia na história do TSE de um relator que tenha adotado três opiniões diferentes sobre um caso dessa importância em apenas um mês.

A esta altura, porém, só se espanta com tais inovações quem não acompanha a guerra entre Moraes e o bolsonarismo. Não é possível entender o que aconteceu no TSE na última terça sem considerar a série de eventos que tirou o poderoso Xandão da zona de conforto nas últimas semanas.

Um deles foi a intensa movimentação de agentes políticos para tentar livrar Seif da guilhotina. O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) conversou várias vezes com Moraes — numa delas até acertou a nomeação de um aliado do ministro para a Procuradoria-Geral de Justiça do estado. De acordo com a columnista Bela Megale, foi Tarcísio também quem convenceu Moraes a receber Seif, que, por sua vez, prometeu parar de atacar o Supremo.

Rodrigo Pacheco (PSD-MG) — em campanha para fazer de Davi Alcolumbre (União-AP) seu sucessor na presidência do Se-

nado — também foi a campo, depois de perceber que não podia ficar impassível diante da fila de pedidos de cassação de senadores da direita no TSE. Além de Seif, estão na mira Sergio Moro (União-PR) e Magno Malta (PL-ES).

O lobby funcionou, e nos últimos dias Moraes já tinha entendido que a chance de Seif ser absolvido a sua revelia era grande. Para completar, nesse meio-tempo surgiu ainda outro complicador: por mais que não digam em público, nas internas os aliados admitem que Moraes sentiu o peso da disputa com o dono do X (ex-Twitter), Elon Musk, quando a Comissão de Justiça da Câmara dos Estados Unidos, dominada por republicanos, divulgou trechos de seus arquivos sigilosos mandando suspender contas de brasileiros da extrema direita.

A eleição presidencial americana é só em novembro, mas Donald Trump tem chances de ganhar e não se fará de rogado se precisar usar a disputa com o Judiciário brasileiro para animar seus seguidores.

Os movimentos de Moraes mostram que ele fez os cálculos e percebeu que sua melhor alternativa no momento era adiar a decisão do caso Seif. Assim, mantém o bolsonarismo sob suspense enquanto espera para ver se o jogo vira novamente a seu favor.



ARTIGO

Avanço na luta contra a fome

WELLINGTON DIAS



Como dizia o saudoso Betinho, quem tem fome tem pressa. E Foi com essa urgência que o governo trabalhou desde o primeiro dia para chegar ao número tão potente e significativo anunciado recentemente pelo IBGE: 24,4 milhões de brasileiros e brasileiras saíram da situação de fome no Brasil em 2023.

Comparando com os dados de 2022, saímos de 15,5% para 4,1% dos brasileiros que enfrentam a insegurança alimentar. Ainda é muito, mas posso dizer que estamos no rumo certo, com a retomada e reestruturação das políticas públicas de redução da fome e da pobreza.

O amplo conjunto de políticas e programas sociais reunidos no Plano Brasil Sem Fome, a retomada do crescimento da economia, com geração de emprego e renda, e a valorização do salário mínimo são alguns fatores que recolocam o Brasil em lugar de destaque na agenda de combate à fome no mundo, o que temos defendido na força-tarefa para a criação de uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza no âmbito do G20.

Recentemente, outra pesquisa do IBGE revelou o impacto fundamental do Programa Bolsa Família para nosso Brasil e nosso povo. Mostra que estamos cuidando da nossa gente, dando oportunidades, melhorando a vida das pessoas. Recebi a notícia com muita alegria, sentimento de dever cumprido, mas também com a certeza de que há muito a fazer. Combater a desigual-

dade é o objetivo do governo do presidente Lula, e vamos seguir avançando, vamos tirar o Brasil do Mapa da Fome e vamos continuar reduzindo as injustiças do nosso país.

O estudo destaca que o Bolsa Família é um importante impulsionador do crescimento da renda das famílias beneficiárias. Entre 2019 e 2023, o rendimento per capita do grupo de domicílios que recebem o programa aumentou 42,4%, passando de R\$ 446 para R\$ 635. O crescimento expressivo supera — em muito — a variação de renda observada no mesmo período entre aqueles que não recebem o benefício (8,6%).

Não podemos esquecer que o valor médio do benefício do Bolsa Família também apresentou o maior crescimento da História, chegando a R\$ 947 em 2023. Esse aumento, junto à expansão do alcance do programa, demonstra o compromisso de nosso governo em garantir a segurança alimentar e a qualidade de vida da população mais vulnerável.

Em 2023, um em cada cinco lares brasileiros recebeu o Bolsa Família. Isso representa um marco histórico na cobertura do programa. A expansão significativa, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, onde se concentram as maiores taxas de pobreza do país, demonstra nosso compromisso com as populações mais vulneráveis.

Celebramos os resultados das últimas pesquisas e ressaltamos o papel fundamental das ações conjuntas do Plano Brasil Sem Fome — Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos, Cadastro Único, para citar algumas — no combate à pobreza e à fome, mas, mais que isso, como base de um futuro promissor para todos os brasileiros.



Wellington Dias é ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome



A democracia na Era da IA

LUIZ GONZALEZ, JOÃO GABRIEL DE LIMA E JOSÉ ROBERTO AFONSO

Já é consenso que a lisura das eleições, no mundo inteiro, está ameaçada pelas diferentes ferramentas digitais. E se o voto constitui a fonte primária do poder no regime democrático, 2024 é ano decisivo, com pleitos em 76 países e cerca de metade da população mundial a votar.

Eleitores decidem diante do que ouvem e veem. Redes sociais turbinadas por algoritmos desconhecidos conseguem difundir, de forma instantânea, falsos debates, boatos e mentiras. Agora, com uso de softwares de inteligência artificial (IA) generativa, adicionou-se a possibilidade de falsificar a realidade de maneira imperceptível.

Como podemos defender a democracia e combater o extremismo, a radicalização, o incentivo ao crime e à violência promovidos através de uma tela?

A primeira resposta é, sempre, legislar, regulamentar. E acreditar que a fiscalização e a punição serão eficazes. O Tribunal Superior Eleitoral já baixou resolução minuciosa — por causa dela, o Google resolveu não mais vender impulsionamento de mensagens políticas a partir deste mês. O Senado discute legislação para o uso de IA, não só nas eleições.

Trata-se de um movimento de defesa natural diante das ameaças. Mas a regulação, em minúcias, acaba suscitando outras questões: no mundo globalizado, é possível controlar

crimes cibernéticos nacionalmente? Até que ponto controlar o debate político é aceitável? Juizes também não correm o risco de exceder-se? Ao punir abusos, magistrados não ajudam falsificadores e mentirosos a se apresentar como vítimas? A regulação é urgente. A fiscalização e as punições a transgressores, mais ainda. Mas isso está longe de encaminhar a resolução dos problemas.

Nos anos 1990, o Brasil usou a tecnologia disponível para desenvolver um modelo de uma eletrônica e, com ela, combater fraudes em eleições, sobretudo na apuração dos votos. Agora, precisa investir e usar os instrumentos da revolução digital em curso, incluindo IA, para educar e convencer os cidadãos; assegurar debates políticos livres, mas baseados em fatos, sem que se crie o Ministério da Verdade; e assegurar pleitos em que a maioria dos eleitores tenha certeza de que o resultado expressa sua vontade.

O fortalecimento da democracia nestes tempos de revolução digital não passa apenas por eleições. As instituições de Estado têm de funcionar melhor e com mais transparência. Os inimigos da democracia usam as redes sociais para desacreditar o sistema. Cabe a todos os demais — partidos políticos e instituições do Estado à frente — mostrar que a democracia representativa ainda é o sistema que, mesmo com imperfeições, garante o

cumprimento do desejo da maioria, com respeito e proteção às minorias.

A digitalização dos governos envolve ainda direitos humanos fundamentais. Todos os dias, milhões de pessoas fornecem seus dados únicos de biometria ao usar telefones, computadores, sistemas de pagamento. Há cada vez mais softwares que ligam microfones e câmeras para ouvir e ver usuários sem que saibam. A escuta é vendida como produto de marketing. Afinal, temos direito de não ser espionados?

Em nome da segurança, câmeras e softwares fazem identificação facial nas ruas. Aplicativos de GPS armazenam nossos deslocamentos. Afinal, temos direito de ir e vir sem que fique registrado por onde andamos? As leis parecem estar sempre um pouco atrasadas em relação às novas realidades. Como garantir os avanços civilizatórios de privacidade?

Os problemas e desafios são conhecidos. Temos de buscar soluções. Elas serão discutidas no fórum Transformaciones — Revolución Digital y Democracia, em Madri, amanhã, pelo Fórum de Integração Brasil Europa (Fibe). A tecnologia que ameaça também é a ferramenta para defender a democracia e sua excelência, o eleitor.



Luiz Gonzalez é jornalista. João Gabriel de Lima é jornalista e integrante do Observatório da Qualidade da Democracia da Universidade de Lisboa. José Roberto Afonso é economista, professor do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa e vice-presidente do Fórum de Integração Brasil Europa